



III CNE valoriza o Profissional de Educação Física

Foram quatro dias de debates, discussões e, principalmente, conquistas. Realizada de 03 a 06 de junho, a III Conferência Nacional do Esporte (III CNE) ficou marcada por diversos aspectos. Sem dúvida, a questão da valorização do esporte como direito social, já previsto na Constituição Federal, foi bastante focada em cada linha estratégica de discussão. No entanto, a valorização do Profissional de Educação Física ficou clara não apenas nas metas e ações concretizadas em quase todos os Grupos de Trabalhos, mas, sobretudo, nos discursos proferidos antes, durante e após o evento – especialmente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presente na cerimônia de abertura do encontro.



Considerada a maior já realizada, a III CNE ocorreu em um momento bastante propício, em que o país se prepara para receber os maiores eventos esportivos mundiais. Neste contexto, as autoridades presentes defenderam a necessidade da geração de legados sociais e duradouros, aproveitando o esporte em evidência como ferramenta de desenvolvimento social. Além disso, nesta conferência ficou clara a importância do Profissional de Educação física para que o esporte atinja o objetivo de inclusão social, formação cidadã e contribuição para melhoria da qualidade de vida.

“Potência esportiva não é apenas referente ao número de medalhas que um país vai conquistar. Tem que ser a criança praticando esporte na escola”, defendeu o ministro do Esporte, Orlando Silva.

Para isso, é preciso estimular a formulação de políticas públicas que garantam às escolas os investimentos necessários que propiciem melhores condições ao trabalho dos profissionais de Educação Física.

“Não é possível fazer Educação Física numa escola sem a ‘sala de aula da Educação Física’, que é uma instalação esportiva. Por isso é muito importante o investimento em infraestrutura”.

“As escolas brasileiras não podem mais ser aquelas caixas quadradas que parecem umas cadeias. Elas têm que ter área para que as crianças possam praticar esporte”, ressaltou o presidente Lula.

Grande mobilização da sociedade

Não é absurdo afirmar que, há alguns anos, a população vem percebendo a importância do esporte como ferramenta propulsora de transformação social. Prova disso são os números da III Conferência Nacional do Esporte: participação inédita de 220 mil brasileiros, de 3.112 municípios de todas as unidades da federação. Por isso, pode-se dizer que o Plano Decenal do Esporte, documento com metas e diretrizes para os próximos dez anos, foi elaborado pela participação de milhares de pessoas, desde as conferências municipais e/ou regionais, passando pelas livres, estaduais e culminando na etapa nacional.

Um fator de grande relevância foi a participação dos profissionais de Educação Física como delegados, integrando os Grupos de Trabalhos (GTs) na III CNE, que, por sua vez, discutiram as propostas e formularam metas e ações levadas às Plenárias finais da conferência.

A maior parte dessas propostas destacou e valorizou o Profissional de Educação Física, especialmente quando se refere à necessidade da orientação da prática de atividades físicas e esportivas por profissionais capacitados. Prova disso foi o Grupo de Trabalho responsável pela discussão da “Formação e Valorização Profissional”. A primeira meta do documento final deste GT diz ser preciso *“criar, implantar e efetivar uma política nacional de formação continuada e permanente para os profissionais de Educação Física, que garanta o cumprimento das normas do Conselho Nacional de Educação e do Sistema CONFEF/CREFs”*. Aliás, boa parte deste documento final faz referências à necessidade de formação continuada, sinalizando quanto à formulação de políticas de incentivo e ampliação da oferta para o acesso dos profissionais em cursos de pós-graduação.

“Um dos destaques dessa conferência foi consenso de que as atividades físicas devam ser conduzidas e desenvolvidas pelo Profissional de Educação Física, que, por sua vez, precisa de formação continuada e de qualidade”, disse o presidente do CONFEF, Prof. Jorge Steinhilber.

A III Conferência Nacional teve o seu ápice – merecendo muitos aplausos e uma moção de apoio, inclusive – quando o presidente Lula ressaltou em seu discurso a importância da prática da atividade física orientada, contribuindo para a percepção dos expectadores de

“Não é possível fazer Educação Física numa escola sem a ‘sala de aula da Educação Física’, que é uma instalação esportiva. Por isso é muito importante o investimento em infraestrutura”



que os serviços de Educação Física não podem ser prestados por qualquer pessoa. “As pessoas precisam aprender, definitivamente, que praticar esporte é bom para a saúde. E aí a necessidade de termos profissionais de Educação Física”, destacou o presidente da República.

Outra proposta que mereceu destaque se refere à garantia da Educação Física como disciplina curricular obrigatória de todas as séries. A inserção e contratação do Profissional de Educação Física nas Unidades

Básicas de Saúde (PSF e NASF) e CAPs também foi mencionada no documento final.

Sem dúvida, a III Conferência Nacional do Esporte foi um encontro para entrar para a história, não apenas do esporte, mas especialmente da Educação Física brasileira. Cabe a todos nós, a partir deste momento, cobrar do poder público para que as propostas, metas e ações estabelecidas sejam de fato cumpridas. Dessa forma, ganha o Profissional de Educação Física e, conseqüentemente, toda a sociedade!

Lula se posiciona a favor do Profissional de Educação Física



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom - AB

Durante a realização da III Conferência Nacional do Esporte, no início de junho, as atenções dos profissionais de Educação Física, do Sistema CONFEF/CREFs e da sociedade em geral estavam divididas. É que, paralelamente ao encontro, tramitava no Senado Federal o PLC 09/2010 (antigo PL 5.186/05), que previa a inserção na “Lei Pelé” do polêmico artigo 90-E, criando o cargo de “Monitor de Esporte” para ex-atletas.

Conforme divulgamos na edição anterior da Revista EF (Nº 36), tal proposta causou indignação e repúdio de diversos setores da sociedade, culminando em manifestações e protestos de estudantes e profissionais de Educação Física de todo o país – fato que ficou comprovado pelo recolhimento de mais de 40 mil assinaturas por meio de um abaixo-assinado promovido pelo CONFEF.

Mobilizados contra essa proposta absurda, representantes do Sistema CONFEF/CREFs se reuniram

com parlamentares e representantes do governo, obtendo a garantia destes quanto à retirada do artigo. No entanto, mesmo com inúmeras posições a favor dos profissionais de Educação Física e da sociedade, continuávamos a nossa batalha, que só teria o seu fim alguns dias depois da conferência, com a aprovação do relatório apresentado pelo relator do projeto, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que excluía o artigo 90-E do PLC 09/2010 – acatando emenda do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Contudo, é preciso ressaltar que um fato contribuiu bastante para a decisão acertada dos senadores. Cinco dias antes da votação no Senado, durante discurso na abertura na III CNE, o presidente Lula já havia admitido que o equívoco da criação do cargo de Monitor de Esporte era do próprio governo. “Parece que o erro que está no projeto é nosso mesmo. É preciso chamar os nossos líderes no Senado e dizer que não é aquilo que nós queremos”, afirmou Lula.

Antes mesmo do discurso do presidente, o ministro do Esporte, Orlando Silva, já havia se posicionado contra a criação do cargo de “Monitor de Esporte”.

“A conferência vai se posicionar contrariamente e eu tenho certeza de que o Senado vai ouvir a nossa voz, em respeito à saúde dos brasileiros, que devem ter atividade física regular orientada por profissionais capacitados, e em respeito à Educação brasileira, que exige profissionais capazes de orientar as crianças e os jovens na formação para cidadania”. **(confira a fala do presidente Lula no Portal do CONFEF)**